

Conselheiro Rui Barbosa Rua São Clemente 134, antigos 104 e 98

Counselor Rui Barbosa
São Clemente St. 134, former 104 and 98

Aparecida Marina de Souza Rangel *

José Almino de Alencar **

Resumo: Este artigo é um convite à reflexão sobre a construção de uma personagem a partir da sua residência, transformada em museu alguns anos após a sua morte. São analisados os dados biográficos, o contexto histórico e o objeto eleito, pela esfera governamental, para homenagear um político brasileiro que de alguma forma, poderia contribuir para a construção da ideia de nação que se pretendia disseminar junto à sociedade. Neste âmbito a vida privada ganha relevância ao se instalar um museu – espaço público dedicado à memória – em uma residência – espaço da intimidade familiar.

Palavras-chave: museu-casa; Rui Barbosa; vida privada; história política brasileira.

Abstract: This article is an invitation to think of the construction of a character from its place of residence when it has been turned into a museum after his death. Bibliographical data, as well as the historical context and the object elected, by the government sphere, to pay tribute to a Brazilian politician are analyzed in light of what could in some way have contributed to further the idea of nation that was intended to be disseminated throughout society at the time. In this sense, private life gains relevance once a museum is installed – public space dedicated to the memory – in a residence – space of family intimacy.

Key-words: house museum; Rui Barbosa; private life; brazilian political history.

O homem

Lentamente, como a chama de uma lamparina que se foi extinguindo, faleceu ontem em Petrópolis o Senador Rui Barbosa. A vida se arraigara de tal modo àquele organismo, afeiçoando-o, infiltrando-lhe a cada passo as energias as mais fortes, retemperando-o contra os colapsos perigosos da idade que a notícia hoje de seu desaparecimento vai dar ao país uma sensação de pungente surpresa.

* Doutora em Ciências Sociais (2015), pelo Programa de Pós -Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Memória Social e Documento (2001) e Bacharel em Museologia (1995), ambos os títulos obtidos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2002 é Museóloga/Tecnologista da Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC, sendo responsável pela Área Educativa e Chefe Substituta do Museu Casa de Rui Barbosa. E-mail: cida@rb.gov.br

** Fundação Casa de Rui Barbosa E-mail: almino61@gmail.com

Assim o *Correio da Manhã* datado de dois de março de 1923 iniciava matéria sobre o falecimento de Rui Barbosa – no estilo jornalístico da época, rebuscado nas imagens e que não regateava elogios – ocorrido na véspera às 20h30min, depois de receber a extrema unção. Seu corpo foi velado na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, de onde saiu para ser sepultado no cemitério São João Batista, acompanhado de grande massa popular.

Tendo nascido em cinco de novembro de 1849, faleceu, portanto aos setenta e três anos incompletos, seria talvez o mais longevo entre os mais ilustres de sua geração; uma geração de valor excepcional que, entre outros feitos, encerrou, por assim dizer, a agenda política do século XIX brasileiro em seus grandes temas, com a abolição da escravidão e a consolidação das nossas fronteiras geográficas; assim como inauguraram uma nova pauta de desenvolvimento para o Brasil, onde estavam incluídos o estabelecimento de instituições políticas e jurídicas modernas e a definição de uma política externa para o país.

Neste contexto, avultam as participações de Joaquim Nabuco e o seu combate abolicionista; Rio Branco e o seu papel na fixação de nossos limites fronteiriços; e Rui Barbosa como idealizador de aspectos importantes do nosso quadro político-institucional e jurídico – o regime federativo, a criação de um Supremo Tribunal, a introdução do habeas corpus – para lembrar algumas das suas contribuições maiores, ainda em vigor. Faziam parte de um grupo privilegiado da intelligentsia nacional que completaria vinte ou trinta anos entre 1868 e 1878, “o [decênio] mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa labuta espiritual” (ROMERO, 1979, p.162), no dizer de um deles, Silvio Romero; e que era composta também por nomes como Machado de Assis, André Rebouças, Tobias Barreto, Castro Alves¹.

Rui era o filho primogênito de João José Barbosa de Oliveira (1818-1874) e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira, nascida de Almeida (1818-1867). Não há evidência material alguma de que tenha recebido o nome Rui Barbosa de Oliveira. Nos documentos disponíveis, como a matrícula e o diploma da Faculdade de Direito de São Paulo, o registro de casamento e os inúmeros trabalhos que assinou, figura apenas o nome Rui Barbosa. O nome Rui era uma forma abreviada de Rodrigo, homenagem ao avô paterno, comerciante, falecido quando João José ainda era criança. João José e Maria Adélia tiveram ainda uma filha, Brites (1851-1879) morta prematuramente em consequência de parto.

¹ Todos esses falecidos com menos de 70 anos.

Rui Barbosa nasceu pouco antes da assinatura da lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos. Em um país em que a manutenção e reprodução da escravidão – elemento crucial para o sistema produtivo do período – dependia sobretudo da importação de cativos, a lei decretava – mantidas as mesmas condições – o fim a termo do regime escravista. Pode-se especular que tal fato deva ter marcado as perspectivas que se desenhavam nas mentes dos que nasceram naquele período: a de o país que poderia se livrar da “instituição nefanda” (eufemismo da época) e mudar radicalmente dentro do horizonte biográfico daquela geração². O que de fato aconteceu, embora a escravidão tenha ainda perdurado por um longo período.

No entanto, a proibição do tráfico constituiu ponto de inflexão fundamental na evolução da economia brasileira como um todo e de suas relações com o mundo exterior. Desde logo, ocorre um vasto repatriamento de recursos em divisas e ouro obtidos nas vendas de produtos de exportação que eram mantidos até então no exterior para financiar a compra de escravos:

Uma febre consumista toma conta do mundo urbano brasileiro – mais intensivamente toma conta da Corte Imperial. Com o capital proveniente do extinto tráfico negreiro, alimentação, perfume, piano, remédio, máquina, roupa, relógio, louça, artigo de cerâmica, sela e equipamento para equitação, sombrinha, palheta, capa de chuva, charuto, arma de fogo, tinta para escrever, cofre de ferro, caixão mortuário, pó para limpar prataria, bicicleta, tesoura, relógio, jóias, moedas de ouro e prata, etc., importados, chegam aos montes para o público consumidor brasileiro. O consumo de supérfluos era tão grande, que um articulista do Correio Mercantil sugeria que cada casa que tivesse um piano deveria pagar um imposto bem alto. (VITORINO, 2008, p. 466-467)

A enumeração exaustiva desses objetos ilustra a busca de um novo padrão de conforto, de luxo e de exibição de status por parte de um grupo emergente nas camadas urbanas que procurava emular as elites europeias e o que era considerado como padrão e estilo de um mundo civilizado. No seu “Vida privada e ordem privada no Império”, Luiz Felipe Alencastro nos traça um vasto painel dessas mudanças na vida cotidiana da Corte, pautadas entre outras coisas, a partir de 1850 pelas chegadas regulares dos vapores ingleses vindos de Liverpool ao Rio de Janeiro. (ALENCASTRO, 1997, p. 39).

² Seguindo a formulação de Karl Mannheim no seu clássico ensaio *O problema das gerações*, geração refere-se aqui não apenas a um agrupamento circunscrito pela estatística, mas a uma comunidade feita de percepções, de subjetividade ativa, composta por homens que compartilham de maneira distinta dos dilemas políticos, ideológicos, culturais, dos valores comportamentais, no horizonte de uma mesma contemporaneidade. Nela, algo de marcante que foi experimentado em comum a caracterizaria. Cf.: ALENCAR, José Almino de. “Gerações, analogias e golpe”; In: *Gordos. Magros e guenzos*, Recife, CEPE, 2017, p. 181.

Após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, o capital negreiro acumulado voltou-se para os investimentos internos na corte através do ouro entesourado, do comércio e do crédito. Além da importação de produtos de luxo e supérfluos é notável desde anos de 1850-1851 e 1851-1852, registrados pela alfândega do Rio de Janeiro o aumento de importação dos bens de capital (as máquinas), de bens intermediários (ferro e cobre em bruto) e de combustível industrial (carvão mineral), apontando para uma maior diversificação do aparelho produtivo manufatureiro e da estrutura de transportes³, assim como se multiplicaram os investimentos, em empresas imobiliárias e na construção de imóveis⁴.

Seguindo essa tendência, em novembro de 1849 o comerciante português Bernardo Casimiro de Freitas compraria por sete contos ao seu conterrâneo e confrade José Fortunato da Cunha que a havia arrematado em leilão público no ano anterior, uma propriedade na Rua São Clemente “*uma morada de casas para [ilegível] que tem o número 66, tem de frente 102 palmos e de fundo 60, com três portas e seis janelas, e outras benfeitorias no terreno existentes*”⁵. (PESSOA, 2013, p. 41)

Bernardo Casimiro demoliria as benfeitorias e ergueu uma nova casa *concluída, em 1850, como atesta a data no frontão, que atendesse aos preceitos de conforto, higiene e sociabilidade* (PESSOA, 2013, p. 41), estabelecidos pela nova classe de enriquecidos. Quatro décadas depois, o Conselheiro Rui Barbosa adquiriria esta mesma casa que havia sido edificada durante o seu primeiro ano de vida.

Até quase os 40 anos, Rui Barbosa viveu e atuou politicamente em um país escravista e em regime monárquico, de formato parlamentar, mas onde o monarca detinha, em última instância o controle político. Ao mesmo tempo, as quatro décadas que se seguiram ao seu nascimento constituíram um período de crescimento econômico quase continuado – com uma relativa estabilidade monetária e inflação baixíssima – e de desenvolvimento de uma sociedade urbana que tentava superar o acanhamento dos burgos coloniais. O progresso econômico fez-se acompanhar de uma diferenciação no sistema social como um todo. Aumenta o número daqueles que trabalham na administração e em profissões liberais, o crescimento urbano é também expressivo, com as grandes cidades passando a concentrar uma maior parte da população urbana.

³ VITORINO, Artur op.cit. p. 466.

⁴ PESSOA, Ana Maria Pessoa. “Uma Chácara em Botafogo”, In: *O Museu Casa de Rui Barbosa*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2014, p.35.

⁵ Equivalente a 22,44 x 13,2 m. CERTIDÃO da escritura às f. 27v. e 28, livro nº 193, 2º Ofício de Notas. 3f. Arquivo Nacional. Seção do Poder Judiciário, 23/11/1961. Acervo do Arquivo Histórico e Institucional/FCRB. Nota de pé de página 39 In: PESSOA, Ana Maria Pessoa. “Uma Chácara em Botafogo”, op.cit. p.41.

Nelas, formava-se uma "massa crítica" que viria a ser cada vez mais politicamente importante. (CARDOSO, In: FAUSTO, 1987, p. 20)

A geração de Rui Barbosa seria parte desse movimento de ascensão, um grupo de jovens candidatos à elite que serão beneficiários de um contexto histórico excepcionalmente favorável: longe do estado servil e do trabalho manual, eles começariam a vida adulta em um período de expansão econômica, de equilíbrio financeiro, quando a vida política do país já se encontra pacificada, com regras de acesso bastante restritivas, mas previsíveis; e onde o regime tolera a manifestação de ideias e opiniões diversas, e o chefe de governo promove, discricionariamente, é bem verdade, a alternância partidária no poder. As possibilidades de ascensão social eram certamente bastante restritas e precárias, advindas ou dependentes de fatores quase fortuitos, como as cumplicidades construídas nas poucas faculdades existentes, de alianças por casamento e de iniciativas de cooptação e de favor, promovidas pelos que estavam no topo da escala social e de poder, como foi o caso de Rui protegido no início de sua carreira pelo chefe do Partido Liberal na Bahia, Manuel Pinto de Sousa Dantas, o senador Dantas.

Durante toda a sua vida Rui Barbosa trabalhou sobre matéria habitualmente efêmera: o jornalismo, a advocacia, a política. E apesar de ter adquirido fama de ser um idealista intransigente que, no curso de sua vida se teria defrontado permanentemente com a mesquinhez da vida política nacional, muito aquém das suas virtudes cívicas e do seu talento, foram poucos os seus contemporâneos que se empenharam tanto quanto ele, e, sobretudo tão continuamente, na prática da política real, com tanto sucesso.

Rui foi político atuante, inclusive detendo cargos eletivos, em toda a extensão de sua vida adulta de mais ou menos meio século: eleito, pela primeira vez deputado provincial da Bahia em 13 de janeiro de 1878 (portanto, aos 29 anos), foi em seguida, deputado geral também pela Bahia entre 1878 e 1885; ministro da Fazenda do primeiro governo (provisório) republicano, entre 1889 e 1891; ministro da Justiça em 1889 (acumulando com o da Fazenda); constituinte em 1891; senador pela Bahia entre 1891-1923; candidato à Presidência da República em 1910 e 1919. Com exceção do período 1886 e 1889, quando não conseguiu se reeleger deputado geral, foi parlamentar continuamente; e, note-se, senador da República desde o início do regime, morreu senador, cujo mandato deteve mesmo durante o seu exílio na Inglaterra. Às vésperas (27/02) de sua morte (1º/3/1923), e já enfraquecido, ainda mantinha o envolvimento com

a política militante, eleitoral, e coordenou uma reunião em Petrópolis com uma delegação de políticos baianos para discutir a sucessão do Estado.

Os desvios autoritários do executivo serão seus alvos frequentes durante toda a primeira república, desde o seu início, desde o *habeas corpus* impetrado em 23 de abril de 1892 para os presos políticos do Estado de Sítio decretado pelo governo de Floriano Peixoto; segundo Rubem Nogueira, “o primeiro *habeas-corpus* sobre matéria política, que se impetrava ao mais alto órgão da justiça republicana”. (NOGUEIRA, 1980, p. 135-146)

A ascensão de Floriano Peixoto à presidência, sua disposição autoritária e o seu empenho em reprimir a oposição da qual as expressões mais violentas foram a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, movimentos insurrecionais duramente combatidos e derrotados, findou por atingi-lo. Em 5 de setembro de 1893, à véspera de eclodir a Revolta da Armada, identificado como um dos elementos mais importantes da oposição a Floriano Peixoto, Rui Barbosa, prevenido sobre o levante, asilou-se na legação do Chile. Em seguida foi para Buenos Aires, onde permaneceu algumas semanas. De lá para Portugal de onde seguiu alguns meses depois para Londres onde chegou aos 20 de julho de 1894.

Ficaria um ano na Inglaterra, de lá, enviaria correspondência para o *Jornal do Comércio*: uma série de seis ensaios, reunidos no livro *Cartas de Inglaterra*. O primeiro, “O processo do capitão Dreyfus”, datado de 7 de janeiro de 1895, foi a primeira manifestação internacional a favor do célebre capitão, condenado injustamente na França por espionagem.

O homem e a casa

Antes da sua partida para o exílio, Rui Barbosa acertou a compra do casarão da Rua São Clemente, então número 98, depois denominado Vila Maria Augusta, nome dado em homenagem à esposa. Morava então em uma residência alugada na Praia do Flamengo. Segundo consta, ao visitar a propriedade, localizada em Botafogo, Dona Maria Augusta encantou-se com o lugar, onde Rui também vislumbraria a possibilidade de instalar adequadamente e ampliar sua biblioteca

Em 1879, Bernardo Casimiro de Freitas, depois Barão de Lagoa (título recebido de D. Luís I, rei de Portugal, em 1871) vendera o palacete, denominação da época, ao negociante português Albino de Oliveira Guimarães. Onze anos após, a propriedade é revendida ao inglês John Roscoe Allen, *comerciante do ramo de trapiches alfandegados*

e membro da Diretoria da Companhia de Melhoramentos Urbanos de Niterói, por cem contos de réis⁶.

No dia 23 de maio de 1893, a propriedade é vendida àquele que fora o primeiro Ministro da Fazenda do regime republicano, Senador da República agora na oposição ao preço de 130 contos de réis, sendo que 60 contos de réis pagos à vista, e o restante à companhia hipotecária da qual os Allens eram devedores⁷.

A origem do dinheiro para a compra de casa foi causa para polêmica – insinuava-se que ele se aproveitara de relações estabelecidas durante a sua passagem no Ministério da Fazenda para conseguir um empréstimo em condições favoráveis. A questão foi objeto de um de seus discursos, “Resposta a Zama, adversário ferrenho de Rui Barbosa, no governo Floriano Peixoto, em virtude de questões como a Guerra de Canudos, o encilhamento, e o voto censitário. Rui rebate às suas provocações em um longo depoimento a 13 de outubro de 1896 no plenário do Senado, fazendo um relato de sua trajetória política dos últimos anos. Sobre a compra da Casa declara:

Mas, a casa? A casa tem sua história. Clara e documentada que vou expor-vos. Nada, graças a Deus, refoge a publicidade, na minha vida, e toda ela poderia documentar-se com uma prestação de contas.

A casa, onde moro, foi comprada por mim a John Roscoe Allen e sua senhora, em 23 de maio de 1893, por instrumento celebrado em notas do tabelião Evaristo. Ei-lo [mostrando] Do preço de cento e trinta contos de réis, que me custou, só tive que entrar com sessenta; porquanto os setenta remanescentes representam uma hipoteca de que assumi a responsabilidade.

Teriam saído, porém da minha algibeira os 60000\$ pagos no ato da compra: Não. Foram tomados por empréstimo no mesmo dia ao falecido Afonso Luis Pereira da Silva, a quem por essa quantia dei, nessa data, o prédio adquirido, que de tal sorte ficou hipotecado aos dois credores pela totalidade de eu valor. (BARBOSA, 1896, p. 57)

De volta do exílio na Inglaterra, em julho de 1895, Rui e família, foram diretamente para a Vila Maria Augusta, devidamente preparada, nos mínimos detalhes, pelos amigos e parentes. Américo Jacobina Lacombe lembra que Maria Augusta contava que já encontrara o pente e a escova na penteadeira⁸.

E ali, o jurista, viveu por quase vinte e oito anos. Casado com Maria Augusta Viana Bandeira, Rui Barbosa teve cinco filhos. Um deles, Alfredo Rui Barbosa, também fez carreira política e foi deputado federal pela Bahia de 1909 a 1930.

⁶ PESSOA, Ana Maria Pessoa. “Uma Chácara em Botafogo”, op.cit. p.39.

⁷ Idem, ibidem.

⁸ Almeida Magalhães, Rejane Mendes Moreira., op.cit.p.11.

Um ano após sua morte, sua casa no Rio de Janeiro foi adquirida pelo governo federal para que ali fosse instalado um museu. É interessante observar que a viúva recebera ofertas mais vantajosas do que a proposta feita pelo então presidente Arthur Bernardes. A embaixada da Inglaterra pretendia adquirir a casa e o Jockey Clube de Buenos Aires desejava adquirir a biblioteca. Entretanto D. Maria Augusta,

mesmo com prejuízo monetário evidente, em 1924 vendeu a casa, mobiliário, biblioteca, manuscritos, arquivo e propriedade intelectual das obras à Fazenda Federal dos Estados Unidos do Brasil, pelo valor de dois mil, novecentos e sessenta e cinco contos de réis. (MAGALHÃES, 1994, p. 17)

A família considerou um desrespeito a oferta apresentada pelo governo, como atesta a neta do casal Rui Barbosa e Maria Augusta, Lucila Maria Rui Barbosa Batista Pereira em seu depoimento ao projeto Memória de Rui, desenvolvido pela Fundação Casa de Rui Barbosa, entre os anos de 1975 e 1997. Em sua entrevista a filha de Maria Adélia Rui Barbosa Batista Pereira e Antônio Batista Pereira, Irmã Ana de Lurdes, como passa a ser chamada após se tornar freira, desabafou:

O Bernardes, que era “unha de fome”, né? Porque o primeiro projeto... Isso eu vou contar pra vocês, porque vocês não devem saber. O projeto inicial era comprar a casa, com tudo, por 5.000 contos. Mas com tudo, tudo, tudo, direitos autorais. O Bernardes não quis. Então por menos de 3.000: a casa, os livros, os direitos autorais. Nesse meio tempo, o Jockey Club da Argentina mandou oferecer para vovó, por 5.000 contos, só a biblioteca, sem direitos autorais, sem nada. Só a biblioteca. Deixava a casa, os móveis, queria só os livros. (...) Vovó disse que não. “Rui, se fosse vivo, não deixaria ele sair do Brasil. Isso não vai”. E recusou, quer dizer, ela recusou por 5.000 contos só os livros, ficando com a casa e com tudo e recebeu do Brasil menos de 3.000 por tudo: casa, direitos autorais e livros. Vê que mulher vovó era?⁹

O que teria motivado D. Maria Augusta a aceitar tal oferta, financeiramente desvantajosa para a família? Que outros elementos, não mensuráveis, foram avaliados por ela ao tomar tal decisão?

A casa de Rui Barbosa

Ao ser criada em 1928, a Casa de Rui Barbosa era um espaço singular, pois se configurava como o primeiro museu-casa público do país, fato importante de ser

⁹ A entrevista teve lugar no dia 23 de agosto de 1994. Está dividida em duas partes com 47min 35s e 47min 36, respectivamente. O depoimento encontra-se no Arquivo Institucional da FCRB, informações disponíveis em <<http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>>. A mesma faz parte do projeto Memória de Rui, desenvolvido pelo Museu Casa de Rui Barbosa entre 1975 e 1997 cujo material ainda não foi publicado.

ressaltado, pois nos dá alguns indícios para tal ação. Até o ano de sua implementação, o quantitativo de museus, em nosso país, era bastante restrito, não ultrapassando trinta instituições com temáticas, predominantemente, no campo das Ciências Naturais e da História.

Entretanto, o percurso que culmina com a criação de tal instituição tem início muito antes do Decreto no. 5.429, de 9 de janeiro de 1928 que legaliza o “museu-biblioteca, sob a denominação de Casa de Rui Barbosa que funcionará no prédio, adquirido pelo Governo, onde residiu o grande brasileiro, na capital da República”. O cerne de seu surgimento está num fato que se contrapõe ao sentido primeiro da criação, a morte do proprietário do espaço, ocorrida em 1º de março de 1923.



Figura 1. Jornal O Paiz. Fonte: Hemeroteca Digital – FBN¹⁰

É possível, ainda, analisar alguns indícios que antecedem o falecimento do jurista Rui Barbosa, que de alguma forma, nos apontam que a construção deste espaço era um desejo do próprio Rui.

¹⁰Disponível

em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22sol%20se%20apaou%22&pagfis=12433 Acesso em 10 mai. 2021.

No parágrafo oitavo, das disposições transitórias da Constituição de 1891, revisada por Rui Barbosa, que um mês antes da promulgação da nova Carta, ocupava o cargo de Ministro da Fazenda consta que

o Governo federal adquirirá para a Nação a casa em que faleceu o Doutor Benjamin Constant Botelho de Magalhães e nela mandará colocar uma lápide em homenagem à memória do grande patriota - o fundador da República. (BRASIL. Constituição Federal, 1891.)

Duas postagens, publicadas no mesmo número da revista quinzenal *O Tempo*, cujos proprietários eram Alfredo Ruy Barbosa e Carlos Vianna Bandeira, respectivamente filho e cunhado de Rui Barbosa, que também atuava como colaborador do periódico, nos chamam a atenção pela semelhança do conteúdo: o destino da residência de dois importantes personagens. A primeira nota trata da transformação da casa de Dickens em museu e finaliza informando que “a *Inglaterra já possui, como se sabe, a casa de Shakespeare e a de Carlyle, ambas transformadas em museu*”; já a segunda, lamenta o destino de outra residência, a do poeta e dramaturgo francês, Edmond Rostand, falecido em 1918, que será leiloada. Embora as referidas notas não estejam assinadas, podemos associá-las ao colaborador da revista, pela forma da escrita, ou por ter vivido em Londres, ou ainda por ser leitor de Rostand. Os três fatos mencionados possuem um ponto de convergência: o destino da moradia de personagens com destacada participação na política e na literatura, sinalizando a preocupação com a preservação de suas memórias, não somente pela fortuna crítica desses sujeitos, mas pela materialidade do espaço que residiram.

Acrescentamos a esses indícios a atuação da viúva Maria Augusta Rui Barbosa que após a morte do marido decide pela venda da propriedade, em 1924, ao Governo Federal, declinando de ofertas mais interessantes, na perspectiva financeira, mas sem a ressonância reverberada pelo patrimônio cultural.

Há, ainda, elementos externos que contribuirão, de forma contundente, para a criação do museu, tendo como primeira manifestação uma nota publicada no *Jornal do Brasil*, em 18 de maio de 1923, portanto dois meses após a morte do jurista, sobre uma reunião ocorrida no Instituto dos Advogados, emitindo um apelo ao Congresso Nacional para a aquisição da biblioteca de Rui Barbosa e do seu palacete “para que ali se instale um Museu Ruy Barbosa, à semelhança do que fizeram os franceses com o grande gênio que foi Victor Hugo”.

E assim em 2 de janeiro de 1924, pelo Decreto no. 4.789, o então, presidente da República, Arthur Bernardes, autorizou a compra da residência, do mobiliário, biblioteca,

arquivo e da propriedade intelectual da obra de Rui Barbosa. Apesar deste instrumento, nenhuma ação efetiva é empreendida para a concreta implementação do museu. Diversas eram as manifestações em jornais denunciando o abandono da propriedade que neste momento era ocupada por um antigo funcionário da família que atuava como zelador do espaço cuja presença em nada inibiu a desapropriação, em 1926, por ação da Prefeitura, de parte do terreno para a construção de uma rua ligando a São Clemente à Assunção, localizada nos fundos do terreno da propriedade.



Figura 2. Obras de recomposição do jardim, realizada pelo engenheiro Vittorio Miglietta, em junho de 1930. Fonte: Acervo AHI-FCRB.

Em 4 de abril de 1927, por meio do Decreto no. 17.758, é criado o Museu Rui Barbosa, entretanto o projeto sofre alteração durante a tramitação sendo substituído pelo Decreto no. 5.429, de 9 de janeiro de 1928. Embora um ato jurídico, o referido instrumento não viabiliza a abertura da instituição ao público que somente acontecerá em 1930, após uma visita do presidente Washington Luis que determina a reintegração do terreno autorizando a obra de restauração do jardim. A empreitada foi entregue ao

engenheiro Vittorio Miglietta que a realizou em apenas 25 dias, conforme relatório¹¹ detalhado disponível no site da instituição.

Em 13 de agosto é aberto ao público o Museu Casa de Rui Barbosa com seus amplos salões, muitos objetos que pertenceram à família e a biblioteca, com cerca de 37 mil exemplares com obras de diferentes assuntos e em vários idiomas. Vale ressaltar que nem todos os ambientes eram visitáveis, posto que alguns eram de acesso restrito aos funcionários que instalaram seus gabinetes de trabalho nos cômodos da residência, tendo em vista não haver outro local para tais finalidades. Sobre o acervo é importante mencionar que o governo não adquiriu todos os bens móveis que seriam essenciais na recomposição dos ambientes. Aqueles que não ficariam no museu e não seriam levados pela viúva, D. Maria Augusta que na ocasião se mudou para uma residência menor, localizada em Copacabana, fizeram parte de um leilão ocorrido na propriedade em 23 de dezembro de 1924. No anúncio, divulgado no Jornal do Comércio, dois dias antes, é possível notar a grandeza e o requinte dos objetos que faziam parte do espaço. São quase 400 lotes, alguns formados por serviço completo com 100 peças em cristal; aparelho de jantar com 97 peças, quatro automóveis, dois pianos e muitos outros itens.

Portanto, com quase noventa anos de atividades ininterruptas, a residência em que o jurista viveu por 28 anos, adquirida por hipoteca em 1893, retrata, entre outros aspectos, a forma de morar do século XIX, sendo provavelmente, a mais antiga construção remanescente da primeira ocupação do bairro de Botafogo. A casa já contava com água encanada, quente e fria, quando Rui a comprou. Durante o período em que residiu no casarão da São Clemente, Rui fez melhorias que denotam também os progressos tecnológicos do período: o sistema de iluminação foi adaptado para utilização de luz elétrica, em substituição ao gás domiciliar - Rui manteve em alguns cômodos os bicos de gás - e possuía telefone e geladeira.

A distribuição dos compartimentos ilustra como eram as residências da alta burguesia carioca da época, com espaços reservados à vida social – geralmente na parte frontal da casa - e à rotina doméstica. Quando da transformação da casa em museu, cada um desses aposentos foi batizado com o nome de momentos marcantes da vida pública de Rui mas, estes ambientes também são apresentados ao público pela sua função assim temos a Sala Constituição/Biblioteca; Sala Buenos Aires/Sala de Música; Sala Habeas Corpus/Quarto do Casal entre outros.

11

Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/edicoes_online/relatorios/FCRB_Reforma_Casa_RuiBarbosa_1930.pdf> Acesso em 10 mai. 2021.

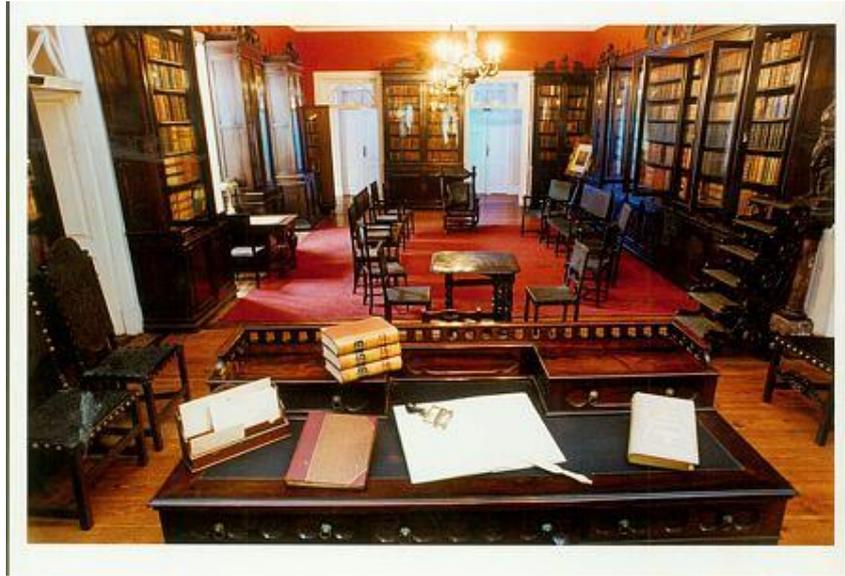


Figura 3. Sala Constituição. Fonte: Acervo AHI-FCRB.

A instituição busca também retratar a vida privada da família e o seu contexto histórico dando visibilidade, por meio de diferentes ações incluindo as mostras temporárias, de múltiplos aspectos que envolvem a domesticidade, o lazer, os hábitos diários, a sociabilidade entre outros.

Na parte externa do prédio, à direita, onde ficavam a lavanderia e a cavalaria, os visitantes de hoje podem conhecer as viaturas utilizadas pela família de Rui Barbosa: um automóvel Benz, do início do século XX, um Landau, um Coupé e uma Vitória, os três últimos à tração animal.

O jardim que cerca a propriedade tem, aproximadamente, 6000m² de extensão e hoje é uma das poucas áreas verdes de Botafogo, o que lhe dá importância ecológica e social.



Figura 4. Vista aérea da Casa de Rui Barbosa. Fonte: Acervo AHI-FCRB.

É considerado um jardim histórico e artístico, mantendo características semelhantes à época em que Rui Barbosa morava no local. Ele era um admirador da natureza e, cuidava pessoalmente deste espaço. O jardim possui uma divisão que marca os usos de cada espaço: à frente da casa está o **jardim social** – um pequeno jardim romântico, em meio ao gramado, o lago artificial simula um rio, fechado nas extremidades por um conjunto de rocalhas, de onde surge uma cascata, impulsionada por um fluxo d'água. Na margem direita do lago, na frente da casa, um jasmim-manga e dois pés de camélias contornam a estátua de uma águia immobilizando uma serpente. Esta imagem sempre gerou muita polêmica, pois diziam que Rui Barbosa teria mandado colocar em função do apelido – águia de Haia – adquirido pela sua participação na conferência realizada na Holanda. Entretanto, a escultura, consta na escritura de compra da Casa por Rui Barbosa.

Na parte posterior da residência, encontramos o **jardim privado** onde se destaca o quiosque, implantado em uma pequena ilha, em meio a um lago, e dois nichos com árvores especiais: a lichia e o pau-brasil, plantado por Washington Luiz, em 1930.

O museu possui, hoje, projetos de pesquisa de grande relevância nas suas áreas de atuação como conservação, documentação e educação museal, além de ações voltadas para os diferentes segmentos de público que visitam a instituição, notadamente o escolar.

O homem e o símbolo

A construção de espaços de memória está permeada de elementos simbólicos que lhe dão um contorno específico e, quando este lugar é sustentado pelo tripé personagem-edifício-coleção as narrativas são pautadas em discursos que buscam demonstrar a força e o poder do patrono, sobretudo quando este compõe o panteão nacional. A compreensão deste processo, imbricado de dispositivos acionados pela memória, permite ressignificar essas categorias conceituais singularizando-as e, ao mesmo tempo, reconhecendo sua interdependência. Assim se constitui cada uma das categorias que alicerça o conceito de museus-casas, revestidas por membranas que embora garantam seu formato, viabiliza a permeabilidade de elementos, ideias e histórias.

Quando morreu, Rui Barbosa tornara-se quase consagrada unanimidade como um brasileiro excepcional, acima dos conflitos e partidarismos. *Mesmo suas derrotas eleitorais foram compensadas simbolicamente pela inaudita aclamação das ruas*, nos assinala João Felipe Gonçalves¹².

Durante a sua trajetória como político, atingiu possivelmente o seu ponto máximo de reconhecimento e apoio popular na sua primeira candidatura à Presidência da República, conhecida como a Campanha Civilista. A partir dali, consolidou-se a imagem de um Rui Barbosa como padrão idealizado de uma classe média republicana, ainda sem representantes, pelo que defendeu e significou para as nascentes questões das liberdades civis, da república, da igualdade e da ética na vida pública. Ajuntaríamos, ainda – interpretando a magnífica definição de San Tiago abaixo – que ele viria a ser cultuado por certo fervor ingênuo dedicado à cultura e à erudição, associado a uma demanda por uma sociedade que aliasse o mérito intelectual ao exercício das funções públicas e à mobilidade social.

Foi, porém, no correr da campanha civilista que Rui Barbosa se tornou o herói popular legendário, cujo culto continua vivo no país. Tudo na sua figura, no seu pensamento, no seu destino, dele faz o herói dessa burguesia nascente, que encheu o vazio interno da sociedade de senhores e escravos, e que ainda hoje não completou sua longa, difusa, mas constante ascensão. Desde logo, é em torno dele que se cria o culto social, bastante significativo, do homem inteligente. O apreço exagerado pela inteligência, elevada ao primeiro grau na hierarquia dos valores, é característico dos povos ou das classes em luta contra as resistências de um meio social já consolidado. (DANTAS. IN: Rui seletos, 1995, p. 67)

¹² “Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República”. Manuscrito.

Político militante da causa da liberdade, Rui Barbosa agia em *ideólogo de uma reforma da sociedade* (*Op. Cit.*, p. 56) que acreditava no poder contagiante das ideias, avesso aos determinismos sociológicos que subestimariam a força da vontade e do exemplo. A realidade social sozinha não poderia determinar o rumo da ação civilizadora. A insistência teimosa nos princípios apontava para a convicção de que a existência continuada da norma e das instituições de direito criariam as armas e as oportunidades para o desenvolvimento da democracia fossem possíveis.

No fim da sua vida, consolidara-se a imagem de um Rui Barbosa como padrão idealizado de defensor intransigente das *nascentes questões das liberdades civis, da república, da igualdade e da ética na vida pública* (FALCÃO, 1997, p. 72). Era um preito a quem, republicano de última hora, passara os últimos trinta e quatro anos na defesa de uma República Liberal – opondo-se muitas vezes à realidade política de uma República que ajudara a criar - e talvez seja o político brasileiro que mais se identifique com o liberalismo.

A compra do palacete da Rua São Clemente, realizada pelo governo federal, e transformada logo em seguida em Museu Rui Barbosa é testemunha de um período em que a Primeira República brasileira – tendo ultrapassado os conflitos e percalços iniciais – procurava tecer os seus mitos e construir o seu panteão de heróis.

Muitas outras formas de homenagem poderiam – e até foram – utilizadas. No mundo das coisas há uma disputa pela ancoragem, por dispositivos mais eficientes, resistentes ao tempo e ao esquecimento. Hannah Arendt nos alerta que a realização de grandes feitos e o pronunciamento de grandes palavras não deixarão qualquer vestígio, qualquer produto que possa perdurar depois que passa o momento da ação e da palavra falada. (ARENDR, 1987, p. 210).

É preciso um investimento para que lembranças se tornem memórias. Para que os feitos e as palavras sejam perenes, como pretendem aqueles que possuem desejo de memória são impostas condições permitindo a reificação destes elementos que dessa maneira podem ser revisitados e reverberados.

E talvez, tenha sido este o papel da Casa do senador Rui Barbosa ao ser transformada em museu. No entanto, este último, torna-se de imediato objeto polivalente que pode ser analisado sob diferentes perspectivas. Assim,

ao ser adquirida pelo Conselheiro a casa foi investida de um valor identitário, passando a representar a imagem do homem bem sucedido, sendo portanto um elemento de distinção; ao ser transformada em museu, ela é suspensa da sua função original,

sofrendo um processo de recodificação. A casa e o museu coabitam e representam metonimicamente a personagem e os fatos que a ela se relacionam. (RANGEL, 2015, p.187)

Os textos e imagens dos periódicos¹³, que retrataram a morte de Rui Barbosa, em março de 1923, nos fornecem a dimensão da comoção instalada. Este clima gerou uma expectativa pública sobre o destino da memória do mito, explicitada e potencializada, por exemplo, por Constâncio Alves, no *Jornal do Commercio*, quatro dias após o sepultamento de Rui Barbosa, no qual ele manifesta preocupação com o acervo bibliográfico do senador, considerado por ele como verdadeiro patrimônio nacional. O apoio à Alves foi imediato em diferentes periódicos que propunham a aquisição da biblioteca e a sua transformação em bem público, como destacado a seguir no pedido do Instituto dos Advogados, dois meses depois da morte de Rui Barbosa, publicado no *Jornal do Brasil* (18/05/1923) que aproveita o ensejo de uma reunião e

levanta um appello ao Congresso Nacional para que se vote uma lei autorizando o Governo a não somente adquirir a biblioteca de Ruy Barbosa, mas também o seu palacete de residência, para que ali se installe um Museu Ruy Barbosa, à semelhança do que fizeram os francezes com o grande genio que foi Victor Hugo (JORNAL DO BRASIL, 18 de maio de 1923).

Por este viés podemos compreender que a privatização da vida pública de Rui Barbosa, por meio da musealização da sua residência, era uma estratégia possível de seus admiradores e correligionários para a mitificação, iniciada em vida, da personagem. Acrescentamos, ainda, a esta premissa o fato de neste momento o país estar vivendo uma República civil que busca desvincular o caráter militar do regime recém-proclamado. O nome de Rui Barbosa, desde a sua campanha presidencial contra o candidato militar Hermes da Fonseca, estará sempre associado ao civilismo, referir-se a ele como campeão do civilismo tornou-se uma metonímia. A transformação da residência de Rui Barbosa em museu-casa pode ser compreendida, também, como a construção de um conjunto de dispositivos memoriais postos a serviço de interesses políticos inseridos em um discurso mais amplo de identidade e memória nacional.

Frances Yates ao analisar a arte da memória relacionando-a à história da cultura ressalta que a memória artificial está ancorada em imagens e lugares, sendo a primeira identificada por formas, signos distintivos e símbolos daquilo que queremos nos lembrar

¹³ Muitos destes periódicos estão digitalizados e disponíveis para consulta em <http://www.bn.br/acervo/bn-digital>.

enquanto “um *locus* é um lugar facilmente apreendido pela memória, como uma casa, um intercolúnio, um canto” etc. (YATES, 2007. p 23).

A casa é, de fato, uma categoria potente, posto que está associada aos sentimentos, ainda que nem sempre positivos. É um espaço que marca a trajetória dos sujeitos, que nos constitui e estrutura nossas memórias, onde vivenciamos as primeiras relações de poder. E, portanto, a escolha de um espaço destinado à intimidade, a vida privada para representar e difundir a imagem de um personagem público não pode ser entendida como uma ação inocente, desprovida de intenção.

E, talvez valha finalmente notar que uma homenagem da parte do poder é quase sempre também uma homenagem ao próprio poder, um gesto através do qual se procura irmanar quem homenageia ao homenageado em uma mesma imagem idealizada; e quem sabe? perene. (ALENCAR, 2014, p. 14-19)

Referências

ALENCAR, Luiz Felipe. “Vida Privada e Ordem Privada no Império”, in: *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALENCAR, José Almino de. “Gerações, analogias e golpe”; In: *Gordos. Magros e guenzos*, Recife, CEPE, 2017.

_____. “A República Agradecida”, In: *O Museu Casa de Rui Barbosa*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2014.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1987.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acessado em 4 de maio de 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente – Campos Sales*. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, v. 1.

DANTAS, San Tiago. “Rui e a renovação da sociedade”. In: *Rui Barbosa. seletos*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa-Nova Aguilar, 1995, p.67. Escritos e discursos

FALCÃO, Joaquim. “A personagem proprietária do Museu-Casa”. In: *Anais do I Seminário sobre Museus-Casa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1997.

MAGALHÃES, Rejane M. M. de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

NOGUEIRA, Rubem. Rui Barbosa e o Supremo Tribunal Federal. In: *Revista de Informação Legislativa. Brasília*, v. 17, n. 67, jul-set, 1980.

PESSOA, Ana Maria Pessoa. “Uma Chácara em Botafogo”, In: *O Museu Casa de Rui Barbosa*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

RANGEL, Aparecida M. de S. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

ROMERO, Sílvia. *Realidades e Ilusões no Brasil. Parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*, (org. Hildon Rocha). Petrópolis. Editora Vozes Ltda e Governo do Estado de Sergipe, 1979.

Rui sua casa e seus livros. Edição comemorativa do cinquentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. Disponível em <<http://hdl.handle.net/20.500.11997/10248>>.

VITORINO, Artur. “Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 3 (34), dez. 2008.

YATES, Frances Amelia. *A arte da memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Data de recebimento: 19.03.2021

Data de aceite: 28.06.2021